

direito tributário

↳ o art. 3º do CTN determina que o tributo seja instituído em lei, vale dizer, a lei é o único instrumento hábil pl a criação de tributos. Portanto, os instrumentos jurídicos que preenchem o requisito de lei, em termos formais e materiais, são aqueles expressamente indicados pela Constituição.

importante

→ os tratados internacionais não constam na Constituição, mas podem gerar repercussões na esfera tributária.

↳ art. 96 e 97 CTN

↳ todas as atividades relativas à obrigação tributária demandam a existência de lei, isso decorre do princípio da autocomposição tributária.

Ainda, é possível, mediante decreto, a atualização monetária da base de cálculo de tributos, como no caso do IPTU, desde que sejam respeitados os índices oficiais. Qualquer alteração superior aos índices oficiais só podem ser promovidas por lei em sentido formal.

art. 98 CTN

→ prevalência dos tratados

↳ A adm. tributária não pode aumentar, reduzir ou alterar a definição e o alcance das regras tributárias, pois o seu dever é arrecadar recursos pl a satisfação das necessidades públicas.

▷ **espécies tributárias**: teoria tricotômica e teoria quádrupla.

A teoria tricotômica parte da premissa de que todas as espécies tributárias podem ser enquadradas como impostos, taxas ou contribuições, e que a diferença entre eles dependeria de vinculação ou não a uma atividade estatal.

A teoria quádrupla possui uma melhor sintonia com a Constituição, pois dispõe que além de taxas, impostos e contribuições de melhoria, haveria ainda, duas espécies adicionais: os empréstimos compulsórios e contribuições.

art. 5º CTN

→ prevalece a teoria quádrupla

importante

→ art. 145, I, II, III, art. 148, I e II, 149 e 149-A.

___/___/___

art. 4º CTN → esclarece que a natureza jurídica do tributo é determinada pelo seu fato gerador.